

LE MONDE *diplomatie*

EDIÇÃO PORTUGUESA

MENSAL . II SÉRIE . N.º 166 . AGOSTO 2020 . 4,90 EUROS . DIRECTORA: SANDRA MONTEIRO

TRABALHO NA CULTURA:
Estatuto intermitente,
precariedade permanente?
SARA BARROS LEITÃO

DOSSIÊ

Recuperação económica: ilusões nacionais, obstinações euroliberais

JOÃO PEDRO FERREIRA
JOSÉ CASTRO CALDAS
NUNO TELES

A guerra dos vinte anos?

SERGE HALIMI

Os soldados norte-americanos de 18 anos que hoje partem para a Guerra do Afeganistão ainda não tinham nascido quando ela foi desencadeada. Em 2012, Donald Trump já se decidira: «É tempo de abandonar o Afeganistão»^[1]. Não é garantido, contudo, que Trump alcance os seus objectivos melhor do que o seu antecessor, Barack Obama. Porque todas as tentativas de retirar os Estados Unidos de um qualquer país – a Síria, a Líbia, a Coreia do Sul, a Alemanha – provocam em Washington um levantamento de rancho. O lóbi da guerra exclama de imediato: estão aí os russos!, vêm aí os russos! Bem pode o orçamento militar dos Estados Unidos (738 mil milhões de dólares em 2020) representar mais de dez vezes o da Rússia, que agitar o medo de Moscovo é suficiente para que republicanos e democratas gritem em conjunto o seu pavor. E eles sabem que podem contar com o apoio editorial do *New York Times*.

A 27 de Junho, o diário americano publicou, portanto, uma fuga da Central Intelligence Agency (CIA), segundo a qual a Rússia teria pago prémios aos rebeldes afegãos para que eles matassem soldados americanos^[2]. Ora, todos se recordam que, nos meses que antecederam a Guerra do Iraque, já o *New York Times* havia desempenhado um papel decisivo na disseminação de mentiras relativas às «armas de destruição em massa» de Saddam Hussein^[3]. Aliás, a psicose anti-russa deste grande diário liberal entra pelos olhos adentro de quem quer que seja que escreva os termos «Rússia» ou «Putin» no motor de busca do jornal.

O furo jornalístico afegão – de que o *New York Times* parecia já duvidar oito dias depois de o ter alardeado – levanta outras questões. Quem beneficia desta «informação», numa

altura em que a retirada das últimas tropas parecia mais ou menos decidida? Terão os Estados Unidos motivos para se indignarem por um dos seus adversários declarados ajudar rebeldes afegãos quando o seu aliado, o Paquistão, faz o mesmo há muito tempo, e quando eles próprios, entre 1980 e 1988, entregaram aos *mujahidines* em guerra contra Moscovo armas sofisticadas, graças às quais estes mataram milhares de soldados soviéticos? Por fim, como explicar que o diário nova-iorquino, que não deixou de nos oferecer longos retratos comoventes dos três fuzileiros navais pretensamente vítimas dos «prémios russos» – um tinha bigode e fazia musculação, o outro gostava de rever o filme *Star Wars*, o último adorava as suas três filhas... –, se tenha antes de mais «esquecido» de nos informar que um outro organismo de informações norte-americano, a Agência Nacional de Segurança (NSA), não atribuíra qualquer crédito ao furo da CIA^[4]?

A 1 de Julho último, uma ampla coligação de parlamentares, democratas e republicanos, recorreu apesar disso às «revelações» do *New York Times* para tornar mais difícil uma retirada americana do Afeganistão. No entanto, a melhor forma de impedir que soldados americanos continuem a morrer nesse país seria que eles não estivessem lá.

[1] Twitter, 27 de Fevereiro de 2012.

[2] «Russia offered Afghans bounty to kill US troops, officials say», *The New York Times*, 27 de Junho de 2020.

[3] Cf. «Fake news, une fausse épidémie?», *Manière de voir*, n.º 172, Agosto-Setembro de 2020.

[4] «NSA differed from CIA, others on Russia bounty intelligence», *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 1 de Julho de 2020.



JORGE ABADE . Segurar com cuidado (2010) . Cortesia da Galeria Sete, Coimbra

HABITAÇÃO

A função social da habitação é outra política no sector

ANA CORDEIRO SANTOS

SOCIEDADE

Burguesia intelectual, uma elite hereditária

PIERRE RIMBERT

ESTADOS UNIDOS / CANADÁ

Os populistas contra o lóbi dos médicos

THOMAS FRANK

AMBIENTE

Bolívia enfrenta a agonia dos seus glaciares

CÉDRIC GOUVERNEUR

JAPÃO

«Língua servil» e sociedade de submissão

AKIRA MIZUBAYASHI

HISTÓRIA

25 de Novembro: golpe de Estado ou golpe à memória?

PIERRE MARIE



HISTÓRIA

As escolhas da narrativa dominante

25 de Novembro: golpe de Estado ou golpe à memória?

O 25 de Novembro de 1975 é um dos mais complexos acontecimentos do processo revolucionário português e continua a alimentar batalhas da memória. A narrativa dominante não resiste ao conhecimento historiográfico mais actual, mas a legitimação das orientações ratificadas em 1976 continua a servir a invisibilidade das alternativas.

PIERRE MARIE *

A 25 de Novembro de 1975, o povo português colocou-se do lado da liberdade contra a tentativa de substituir uma ditadura por uma outra de nível contrário.» Esta frase consta do voto de saudação apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do Centro Democrático e Social (CDS) a 14 de Novembro de 2019^[1]. Para além dos proponentes centristas, o Partido Social Democrata (PSD), a Iniciativa Liberal (IL), o Chega e sete deputados socialistas votaram a favor da saudação de «um dia histórico que repôs o curso da democratização de Portugal, ancorando-o ao modelo pluralista e democrático». Reafirmando esta posição, o deputado centrista Telmo Correia declarou na altura: «o 25 de Novembro de 1975 é uma data decisiva para que a revolução de 25 de Abril não tivesse gerado uma nova Cuba ou Albânia, mas representasse a construção do Estado de Direito democrático»^[2].

Após o chumbo desta proposta, o Iniciativa Liberal, criticando a «falta de memória e cobardia histórica» dos deputados socialistas, colocou na Praça do Duque de Saldanha, em Lisboa, um cartaz com a fotografia de Jaime Neves, comandante do Regimento de Comandos em 1975, com a mensagem «25 de Novembro sempre. Comunismo nunca mais»^[3]. No canto superior direito, o partido voltava a martelar a mensagem: «Só em Novembro se cumpriu Abril». Estes episódios ocorridos em Novembro do ano passado são expressão da narrativa dominante sobre o processo revolucionário e de uma legitimação do presente a partir da memória do 25 de Novembro de 1975.

A narrativa dominante

Deve-se reconhecer que o 25 de Novembro de 1975 constitui um dos acontecimentos do processo revolucionário

português mais complexos de analisar. As declarações antagónicas dos principais participantes, militares e civis, aprofundam o mistério à volta deste evento. Como afirmam Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, «pode-se encontrar uma explicação possível se à partida se aderir a uma tese e, depois, se ajustar factos e alinhar declarações para a provar. Conseguir-se-á uma explicação mas não a explicação»^[4]. No entanto, a narrativa dominante esvazia por completo esta complexidade e, contra factos históricos, apresenta uma explicação simples: no dia 25 de Novembro de 1975, os revolucionários, derrotados nas eleições para a Assembleia Constituinte, tentaram tomar o poder pelas armas arriscando precipitar o país numa guerra civil. A resposta vitoriosa dos democratas permitiu encerrar a fase radical do processo revolucionário e regressar ao espírito do 25 de Abril, o da democracia representativa inserida na economia da Europa comunitária.

O Relatório preliminar apresentado em Janeiro de 1976 pela Comissão de Inquérito aos acontecimentos de 25 de Novembro já continha esta leitura enviesada ao sustentar que nesse dia «foi posta em crise a sobrevivência da sociedade pluralista em que nos fixamos constitucionalmente, através do concerto de vários militares e alguns civis, em ordem à excitação conducente à guerra civil, em momento delicado da nossa jovem Democracia»^[5]. Aponta a responsabilidade da «vanguarda revolucionária» constituída pelo Partido Comunista Português (PCP), pela extrema-esquerda, pelo Comando Operacional do Continente (COPCON) de Otelo Saraiva de Carvalho e pelo movimento sindical.

Não se limitando à esfera política, esta narrativa espalha-se pelos manuais escolares de História, onde pode

ler-se: «este golpe [de 25 de Novembro], que, por pouco, não coloca o país numa guerra civil, acaba por se malograr e, com ele, as tentativas da esquerda revolucionária para tomar o poder. Ficava aberto o caminho para a implantação de uma democracia liberal»^[6]. Num outro manual descreve-se que «Vasco Gonçalves, primeiro-ministro dos II, III, IV e V governos provisórios, militar próximo do PCP, é a personalidade mais visível da corrente comunista. Perde toda a sua influência com o golpe de 25 de Novembro de 1975, que afasta os comunistas da esfera do poder»^[7].

Ao apresentar os acontecimentos de 25 de Novembro como uma tentativa de golpe de Estado revolucionário, esta narrativa interpreta a resposta das forças democráticas como o regresso às ideias do 25 de Abril de 1974. Esconde por completo as violências perpetradas pela extrema-direita durante o ano de 1976. O resultado desta narrativa é também o de escamotear a densidade do período revolucionário e dos seus projectos emancipatórios. O processo revolucionário e os movimentos sociais e populares que nele surgiram passam a ser vistos como um desvio antidemocrático que alterou a pureza do projecto do 25 de Abril. Porém, esta leitura não resiste à análise do actual conhecimento histórico.

As operações do 25 de Novembro

Na madrugada de 25 de Novembro de 1975, os militares da Base Escola de Tropas Pára-quedistas de Tancos (BETP) ocuparam as bases aéreas de Monte Real, Montijo, Tancos e Monsanto. Exigiam a demissão do general Morais e Silva, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, a substituição dos re-

presentantes deste ramo no Conselho da Revolução e a reconstituição da sua unidade, que tinha sofrido a saída de 123 oficiais e a passagem à reserva de mais de 1000 militares. Exprimiam igualmente o seu apoio ao poder popular. Receberam o apoio da Polícia Militar e da Escola Prática de Administração Militar que ocupou as emissoras da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) em Lisboa, a Emissora Nacional e a Rádio Clube Português.

O Conselho da Revolução activou um plano de resposta coordenado por Costa Gomes, Vasco Lourenço e Ramalho Eanes, operacionalizado pelos comandos de Jaime Neves. Retomaram no próprio dia 25 o Comando da Região Aérea de Monsanto e as Antenas da RTP, da Emissora Nacional e da Rádio Clube Português. No final da tarde foi declarado o estado de emergência e no início da noite o estado de sítio na região militar de Lisboa. Na manhã de 26 ocorreram os acontecimentos mais violentos quando os comandos conseguiram a rendição da Polícia Militar. No tiroteio na Calçada da Ajuda, três militares encontraram a morte, dois comandos, o tenente José Coimbra e o furriel Joaquim Pires, e o aspirante Albertino Bagagem que se encontrava no quartel da Polícia Militar.

Após a rendição dos pára-quedistas, iniciou-se uma profunda reorganização das Forças Armadas. Otelo Saraiva de Carvalho, Carlos Fabião e Rosa Coutinho demitiram-se, Ramalho Eanes foi nomeado chefe do Estado Maior do Exército, o COPCON foi dissolvido e os militares que participaram nestes acontecimentos foram presos em Custódias. No dia 28, o VI Governo Provisório liderado por Pinheiro de Azevedo retomou as suas funções interrompidas após o cerco à Assembleia Constituinte pelos operários metalúrgicos.

Constituirão estes acontecimentos um golpe de Estado? Se assim for, de quem partiria este golpe que não teve ninguém para o reivindicar? Os pára-quedistas, num comunicado publicado a 25 de Novembro, contrariam a versão de uma tentativa de tomada do poder afirmando que «*não se tratou de nenhum golpe militar*», mas sim de uma contestação ao general Moraes e Silva, «*militar que se afasta com as suas decisões dos objetivos da revolução democrática e socialista*»^[9]. O próprio Vasco Lourenço declarou anos mais tarde considerar que «*não houve golpe de nenhum lado*»^[9].

A genealogia do 25 de Novembro

Ao contrário desta narrativa dominante importa pensar o 25 de Novembro como o produto dos meses prévios, na procura da sua genealogia. A árvore genealógica que resulta no 25 de Novembro aponta que esta data foi o culminar de um processo iniciado nos meses anteriores: a progressiva marginalização da esquerda militar e a consequente chegada ao poder dos sectores mais moderados que queriam pôr um fim ao processo revolucionário e orientar o país no caminho da democracia representativa e da Europa comunitária.

Para perceber o 25 de Novembro importa recuar pelo menos até ao Verão de 1975. O país encontrava-se sob fortes tensões, sobretudo entre socialistas e comunistas, após a organização do movimento sindical, a campanha para a Assembleia Constituinte e os incidentes do 1.º de Maio. Os casos do jornal *República* e da Rádio Renascença cristalizaram estas tensões. A extrema-direita lançou ataques bombistas e assaltos às sedes de partidos de esquerda^[10], o primeiro dos quais em Rio Maior. O V Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, constituiu o principal alvo de uma coligação que ia dos socialistas às forças da direita então em reconstituição.

Como numa partida de xadrez, esta coligação avançou as suas peças para se aproximar do poder e, consequentemente, marginalizar as duas correntes da esquerda militar – a próxima de Vasco Gonçalves e do PCP, e a reunida em torno de Otelo Saraiva de Carvalho, apoiante do poder popular. A publicação do Documento dos Nove, a 8 de Agosto reforçou esta estratégia, quando nove conselheiros da Revolução exprimiram a sua oposição ao curso do processo revolucionário. Ao longo do ano de 1975 este sector chefiou progressivamente o comando das regiões militares com Pizarat Correia (Sul), Franco Charais (Centro) e Pires Veloso (Norte). Na região militar de Lisboa, a substituição de Otelo

Saraiva de Carvalho por Vasco Lourenço a 24 de Novembro foi a faísca que desencadeou as operações do dia seguinte.

A 5 de Setembro, a Assembleia do Movimento das Forças Armadas (MFA) de Tancos marcou o afastamento da ala gonçalvista, concretizando-se a 19 do mesmo mês com a nomeação do VI Governo liderado por Pinheiro de Azevedo. Dele faziam parte três membros do Grupo dos Nove (Melo Antunes, Vítor Alves e Vítor Crespo). O PCP viu a sua influência reduzida neste governo, ficando apenas com o Ministério das Obras Públicas, enquanto socialistas e sociais-democratas ocupavam lugares de destaque. Em Setembro, a facção gonçalvista perdeu assim definitivamente a sua influência no governo e no comando das regiões militares. Faltava ainda eliminar a corrente próxima de Otelo Saraiva de Carvalho.

Os meses de Outubro e Novembro foram um crescendo de tensões sociais e políticas. Ocorreu uma retomada do poder dentro dos quartéis por parte dos moderados. A 5.ª Divisão – responsável pelas Campanhas de Dinamização Cultural e alvo de inúmeras críticas dos mais conservadores – foi encerrada a 27 de Agosto de 1975. Vários conflitos desencadearam-se nas unidades mais revolucionárias, que foram progressivamente dissolvidas ou reorganizadas. O surgimento dos Soldados Unidos Vencerão (SUV) deve ser pensado como uma resposta dos soldados aos sucessivos afastamentos de militares de esquerda.

A 25 de Novembro, dos nove conselheiros da Revolução que assinaram o documento de Agosto, três eram membros-chave do governo e três chefiavam regiões militares. Várias unidades comprometidas com o poder popular já haviam sido encerradas. O próprio Vasco Lourenço reconhece um conjunto de «*provocações*» com vista a resolver estas divisões no seio das Forças Armadas^[11]. Os movimentos conservadores, nomeadamente os agricultores que se opunham à Reforma Agrária, levaram a cabo outras provocações como o corte de estradas em Rio Maior.

Estas tensões conduziram indubitavelmente ao 25 de Novembro. Faltava apenas um protagonista, papel que caberia os pára-quedistas de Tancos. Esta unidade teve um papel conturbado em momentos tensos do processo revolucionário: havia sido instrumentalizada pelas forças spinolistas para o golpe de 11 de Março de 1975 e participara na operação de destruição da emissora da Rádio Renascença a 7 de Novembro. Os pára-quedistas de Tancos criticaram depois a sua hierarquia pela realização desta operação. Entraram em oposição ao general Moraes e Silva e enfrentaram

a incerteza relativamente ao futuro da sua unidade. Avançaram no dia 25 de Novembro com as ocupações das bases.

Silêncios da narrativa dominante

Se a complexidade do 25 de Novembro se mantém elevada, concluir por um golpe de Estado implica colocar de lado numerosos factos. Apontar a «*vanguarda revolucionária*» como o principal arquitecto deste golpe é desconhecer as divisões entre PCP, extrema-esquerda e movimentos populares. De resto, Melo Antunes, pilar do Grupo dos Nove, reconheceu a importância do PCP para a democracia portuguesa, fragilizando assim a tese da autoria moral comunista das operações. Perspectivar os acontecimentos anteriores ao 25 de Novembro permite evidenciar um progressivo cerco ao poder por parte dos mais moderados do MFA. Os acontecimentos de 25 de Novembro finalizaram este processo de reorganização das Forças Armadas com a dissolução de unidades e dos movimentos de base dentro dos quartéis. Militares foram presos em Custóias e um decreto-lei de Janeiro de 1976 procedeu à sua expulsão das Forças Armadas e à suspensão do exercício dos direitos políticos por 20 anos^[12].

A narrativa dominante surge então como uma legitimação das orientações políticas ratificadas em 1976. Esconde e silencia por completo os 310 ataques bombistas e 136 assaltos perpetrados pela extrema-direita entre 1975 e 1977^[13], que vitimou ainda no primeiro semestre de 1976. Pretende descredibilizar as possibilidades abertas com o processo revolucionário, principalmente

os movimentos sociais, invisibilizando a própria ideia de alternativas políticas. Menospreza o processo revolucionário como um repositório de experiências alternativas que alimentaram a Constituição de 1976 e contribui para apagar a trajectória das organizações populares que mantiveram actividade após Novembro de 1975. Com o afastamento da esquerda militar concluído a 25 de Novembro, o país saiu progressivamente do processo revolucionário. Em Janeiro de 1976 o Comité Russel alertou para «*a tentativa de pôr em causa as conquistas revolucionárias do povo português, após o 25 de Novembro*»^[14]. Segundo o Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos, a narrativa oficial sobre o 25 de Novembro contribuiu para dar «*cobertura à fulminante ofensiva da direita civil e militar*»^[15].

Esta narrativa de legitimação coloca um desafio à investigação e ao estudo do período revolucionário, bem identificado por Maria Manuela Cruzeiro quando escreve que o 25 de Novembro «*não foi uma fatalidade, mas antes uma possibilidade, vitoriosa sem dúvida, mas sempre uma possibilidade entre outras, que, vencidas embora, não deixaram de marcar profundamente o processo, os seus protagonistas, e afinal a própria fisionomia deste país*»^[16]. Como lembra George Orwell, «*quem controla o passado, controla o futuro*». Questionar as narrativas dominantes sobre o processo revolucionário contribuirá assim para resgatar as possibilidades abertas pelo 25 de Abril. ■

* Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra no projecto «25AbrilPTLab - Laboratório interativo da transição democrática portuguesa».

[1] Grupo Parlamentar do CDS-PP, «Voto de saudação n.º 41/XIV pelo 44.º Aniversário do 25 de Novembro», 14 de Novembro de 2019.

[2] «CDS vê voto rejeitado sobre 25 de Novembro de 1975 mas sete deputados PS apoiaram-no», *Diário de Notícias*, 22 de Novembro de 2019.

[3] «"25 de Novembro sempre". Iniciativa Liberal divulga cartaz contra "cobardia histórica"», Rádio Renascença, 22 de Novembro de 2019.

[4] Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro*, Livraria Bertrand, Amadora, 1979, p. 149.

[5] Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro de 1975, «Relatório preliminar», 12 de Janeiro de 1976, p. 62.

[6] Célia Pinto do Couto e Maria Antónia Monterroso Rosas, *Um Novo Tempo da História*, História A, 12.º Ano, Porto Editora, Porto, 2018, p. 128.

[7] Helena Veríssimo, Mariana Lagarto e Miguel Barros, *Nova Construção da História*, História A, 12.º Ano, Edições Asa, Lisboa, 2009, p. 113.

[8] Citado por Maria Manuela Cruzeiro, «25 de Novembro: Quantos Golpes Afinal?», Colóquio sobre o 25 de Novembro, Biblioteca-Museu República e Resistência, Lisboa, 2005.

[9] «Entrevista com Duran Clemente e Vasco Lourenço», *Visão*, n.º 664, 24-30 de Novembro de 2005, p. 74.

[10] Miguel Carvalho, *Quando Portugal ardeu – Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*, Oficina do Livro, Alfragide, 2017.

[11] Leandro Ferreira e Maurício Ribeiro, «Reportagem com participantes nos acontecimentos de 25 de Novembro», RTP, 3 de Dezembro de 2015 (45 minutos).

[12] Decreto-Lei n.º 42/76 de 20 de Janeiro.

[13] «Dossier» *Terrorismo*, Edições Avante!, Lisboa, 1977.

[14] Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Coimbra, *O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril (1973/1976)*, 2008. Disponível no sítio do Centro de Documentação 25 de Abril.

[15] Comité para a Libertação dos Anti-fascistas e Revolucionários presos, *Notas para um contra-relatório do 25 de Novembro*, sem data.

[16] Maria Manuela Cruzeiro, «Revolução e Revisionismo Historiográfico. O 25 de Abril visto da História», em Rui Cunha Martins (dir.), *Portugal 1974. Transição Política em Perspectiva Histórica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, p. 130.